



AS CARTAS PATRIMONIAIS E SUAS APLICABILIDADES NO PATRIMÔNIO URBANO

FARAH, Ana Paula (1); MERLIN, José Roberto (2)

1. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação "Stricto Sensu" em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ)
e-mail: ana.farah@puc-campinas.edu.br
2. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
e-mail: jrmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Este artigo visa aprofundar a leitura do território sob a ótica das Cartas Patrimoniais, na área do Complexo Ferroviário da cidade de Campinas, cuja implantação segmentou a cidade em duas partes. Uma permaneceu ligada ao centro histórico e a outra se imiscuiu à periferia da cidade, engendrando historicamente, diferentes ações e implantações de equipamentos, que sempre valorizaram a área mais central em detrimento da porção além trilhos. O objetivo é construir um processo analítico-propositivo estruturado nas Cartas Patrimoniais, especialmente a Carta de Veneza (1964), a Carta de Washington (1987), a Conferência de Nara (1994) e os Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011) e, propor ações de reconexão destas duas partes da cidade adotando proposições contemporâneas. Este dilema tem sido tratado como objeto de estudo na disciplina de Projeto e Patrimônio, ministrada na FAU PUC-Campinas, buscando consolidar o campo do restauro arquitetônico e urbano em suas práticas didáticas. O objetivo da disciplina tem sido consolidar o instrumental teórico-crítico para procedimentos propositivos na área de intervenções em ambientes construídos preexistentes, introduzindo elementos contemporâneos, que necessariamente devem resolver questões urbanísticas, sempre dialogando e priorizando a preservação do patrimônio.

Palavras-Chave: cartas patrimoniais, patrimônio urbano, Campinas SP.

Abstract

This article aims to deepen the reading of the territory from the perspective of the Doctrinal Charters for the Heritage, in the area of The Railway Complex the city of Campinas, whose implementation segmented the city in two parts. One remained connected to the historic center and the other immixed itself to the outskirts of the city, historically engendering different actions and implantations of equipment, which have always valued the most central area to the detriment of the portion beyond the tracks. The objective is to build an analytical-propositional process structured in the Charters for Conservation, especially The Venice Charter (1964), The Washington Charter (1987), The Nara Document on Authenticity (1994) and the The Valletta Principles for the Safeguarding and Management of Historic Cities, Towns and Urban Areas (2011) and, to propose actions to reconnect these two parts of the city adopting contemporary propositions. This dilemma has been treated as an object of study in the Project and Heritage discipline, taught at FAU PUC-Campinas, seeking to consolidate the field of architectural and urban restoration in its teaching practices. The objective of the course has been to consolidate the theoretical-critical tools for propositional procedures in the area of interventions in pre-existing built environments, introducing contemporary elements, which must necessarily resolve urban issues, always in dialogue and prioritizing the preservation of heritage.

Keywords: Doctrinal Charters for the Heritage, Urban Heritage, Campinas SP.

INTRODUÇÃO

As cartas patrimoniais são documentos que fornecem fundamentação teórica-crítica para que os bens culturais sejam preservados como documentos fidedignos e, assim, atuarem como efetivo suporte do conhecimento e da memória coletiva e, como também estabelecem bases deontológicas para os vários profissionais que trabalham no campo disciplinar do restauro (KÜHL, 2010, p. 288).

As cartas são textos sucintos e precisos, com caráter indicativo ou, no máximo, prescritivo (jamais normativo, por entender que cada país tem sua legislação própria) e, importante salientar, não são receituários para uma simples aplicação direta, contudo suas análises devem ser fundamentadas para que tenha o preciso entendimento de suas formulações (KÜHL, 2010, p.289).

As cartas são os resultados de discussões de um determinado momento (é necessário entender quais foram as razões dessas discussões e seus contextos) e tem uma finalidade precisa. Por isso, não podem ser usadas em conjunto, em razão de que cada carta possui uma função específica e devem ser lidas na sua integridade, uma vez que pressupõem que as leituras sejam feitas em partes, podendo levar a interpretações errôneas e equivocadas (KÜHL, 2010, p.289), resultando em ações práticas que, por muitas vezes, compromete e aniquilam o bem cultural.

Para o entendimento dessas discussões são necessárias, obrigatoriamente, pautar-se nos instrumentos teóricos – que não são regras fixas, mas princípios e critérios – que conduzem as soluções adequadas de intervenção, para que, de fato, seja efetiva a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos do patrimônio em questão.

Todavia, verifica-se que a ausência do conhecimento do campo disciplinar do restauro, principalmente quanto ao entendimento desses instrumentos norteadores para as tomadas de decisões, resulta em atitudes profissionais inconsequentes em relação às responsabilidades de se trabalhar com bens de interesse para a preservação e no ambiente preexistente, devido a ausência de instrumental teórico-crítico e técnico-operacional necessário para atuar no campo. O resultado mais visível tem sido a constante deformação e destruição das obras arquitetônicas isoladas e também nos tecidos urbanos, que são bases importantes de transmissão

do conhecimento e suporte da memória coletiva tendo por consequência um resultado limitado para as gerações futuras.

Nesse sentido, os instrumentos teóricos-críticos e técnicos-operacionais do campo são aplicados na disciplina PROJETO F (Projeto Patrimônio e Técnicas Retrospectivas), cursadas nos 5º e 6º semestres da graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, buscam consolidar o campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano] e compreender o instrumental teórico-crítico e seu rebatimento nos procedimentos propositivos na área do patrimônio arquitetônico e urbano, discutindo a relação entre o arcabouço preexistente e a intervenção contemporânea, que são abordados na leitura espacial e territorial do objeto de estudo, como visto em sua ementa:

“Trabalha a elaboração do projeto arquitetônico, para reabilitação - com adição de área construída - de edificação de valor histórico reconhecido, a ser preservada. Propõe o desenvolvimento da síntese arquitetônica até o anteprojeto, destacando a relação antigo/contemporâneo e os parâmetros de preservação, como fortes condicionantes para a solução adotada” (PLANO DE ENSINO DE PROJETO F – FAU PUC-CAMPINAS, 2021).

Para a leitura do território proposto, entende-se que a relação entre Arquitetura, Urbanismo e Restauro (entendido como campo disciplinar) deve ser apreendido como atividade única e não fragmentado conforme normalmente encontramos atualmente em inúmeras ementas disciplinares, na compreensão por muitos profissionais e, também, e, principalmente, no que concerne a interpretação pelos gestores públicos em vários âmbitos como o municipal, estadual e federal. Tais atitudes, desconsiderando os conceitos de Gustavo Giovannoni, como apontou no início do século XX. Giovannoni há a capacidade de ler os problemas do restauro em uma “dimensão urbana”, relacionado a Arquitetura ao contexto em que está inserido (GIOVANNONI, 2018).

Outra interpretação que nos deparamos, frequentemente, é a compreensão dos conceitos de conservação (que faz parte do campo disciplinar do restauro) e de transformação; são elementos dialéticos nas conformações das cidades. Arquitetura e o Restauro devem ser entendidos como uma única atividade de transformação do existente. Contudo, para que não haja equívocos, a transformação pressupõe modificação e necessita se pautar na fundamentação teórica e no rigor metodológico, sem os quais, essa prática, pode incorrer em respostas projetuais

errôneas (por não respeitar os aspectos documentais, de composição, materiais, memoriais e simbólicos), gerando várias imprecisões e ambiguidades, visto que acarretará uma série de problemas de percepção em relação ao ambiente preexistente.

A partir desse raciocínio para análise de diagnóstico do território e os princípios norteadores para a intervenção a ser realizada na área, foram adotados os conceitos do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano] e de planejamento urbano – pensados como uma única atividade, juntamente com a fundamentação teórica e os paradigmas dos documentos internacionais.

Esses instrumentais são eficazes para o controle do ambiente construído, mediante a um processo de conhecimento da apreensão e percepção da cidade para proporcionar subsídios para futuros projetos indutores e para que a memória coletiva seja, de fato, preservada. Nesse sentido, no que se refere à escala arquitetônica e urbana, os estudantes e os profissionais deveriam receber um instrumental teórico-crítico, metodológico e operacional que, de fato, subsidia uma consciência mais aprofundada dos problemas envolvidos numa intervenção em um bem cultural, oferecendo meios para atuar de modo respeitoso em relação à obra, ambiência, território e paisagem, em seus aspectos documentais, materiais e de conformação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A exercitação é estruturada em dois blocos: o entendimento pormenorizado do lugar e do processo de intervenção através de pesquisas, enfatizando os instrumentos teóricos-críticos do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano] e a aplicação do repertório teórico pertinente à proposição espacial.

A primeira etapa com esse aparato conceitual configurando todo o escopo teórico. Com isso, compreende-se que o campo tem uma pertinência relativa e, portanto, expõe as críticas contemporâneas, entendendo as convergências das posturas adotadas, que estabelecem distintos percursos para alcançar os objetivos da preservação, ditados pelas razões culturais, científica e éticas.

As posturas elucidadas resultam na interpretação das vertentes contemporâneas do campo disciplinar do restauro e arquitetônico e conduzem a partidos arquitetônicos que correspondem a três escolas distintas no território italiano: Crítica-Conservativa-

Criativa ou Posição Central, Pura Conservação ou Conservação Integral, e Hiper Manutenção ou Repristinção (KÜHL, 2008, p.81-100)

Enunciando todo esse entendimento do campo na disciplina e as várias interpretações de como, de fato, devem ser os tratos para os bens culturais, os alunos fundamentam suas propostas, por meio das vertentes contemporâneas e a leitura das cartas patrimoniais (documento-base do ICOMOS), a saber: Carta de Veneza (1964), Carta de Washington (1987); Documento de Nara (1994) e os Princípios de La Valletta para a Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011).

As leituras das cartas trazem a luz uma reflexão contemporânea acerca do arcabouço construído, que configuram uma paisagem, em detrimento a ação do homem e da sociedade em um determinado momento da história, marcando assim, o saber fazer, uma temporalidade e demais fatores que, somados, devem ser conduzidos a intervenção urbana. Considera a materialidade e suas estratificações, compreendendo a concepção do tempo linear (não circular, como em alguns países orientais), ou seja, não se volta a nenhum estado precedente, respeitando os aspectos tangíveis e intangíveis, reconhecendo-o como obra de arte, passível de ser preservada.

A Carta de Veneza (1964), amplia a noção do bem cultural e assinala a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas (ambiente construído preexistente), alargando o conceito de monumento: criações arquitetônicas isoladas, os conjuntos urbanos e rurais e obras modestas que têm uma significância cultural. É tributária do restauro crítico, na qual possui princípios e critérios pautados na teoria brandiana. Podemos compreender, como expõe Carbonara (1997) em que o restauro é um “ato de cultura de um presente histórico” e foi impulsionado pelas necessidades “espirituais” e “memoriais”, não como de conveniência, de uso e econômico. Entende-se que cultura significa valores que perduram no tempo na longa duração, não sendo algo transitório e nem mutável de maneira abrupta. Restauro é um ato que se volta à conservação e à transmissão dos bens ao futuro; a primeira tarefa a ser desenvolvida é o reconhecimento das qualidades de que o bem é portador, ou seja, se o bem possui “valores” – nos dias de hoje de natureza muito variada, abarcando aspectos formais, documentais, memoriais e simbólicos – que podem ser transmitidos. Isso, por sua vez, pode ser compreendido através do reconhecimento

da obra de arte definindo-os como documento (atribuição dos valores) e imagem (questão formal – estética), no que se refere aos aspectos de materialidade e autenticidade (CARBONARA, 1997, p. 272).

Alguns princípios, colocados na Carta de Veneza, foram enunciados por Brandi e devem ser pensados de forma concomitante e não excludente. O restauro é ato a ser feito no momento metodológico em que se dá esse reconhecimento com vistas à transmissão da obra para o futuro, ou seja, é ato ancorado no presente. Necessita ser “calcado” em questões teóricas, para depois executar qualquer tipo de ação, isto é, primeiro o ato crítico para depois agir na obra de arte. Restauro é o ato histórico-crítico de um presente histórico; não é possível prever quais serão os critérios do futuro, em que as posturas poderão ser diversas; daí a necessidade de agir de modo fundamentado nos instrumentos oferecidos pelo pensamento crítico e científico do próprio presente (BRANDI, 1950, p.8).

Os princípios norteadores explícitos na carta são: a distinguibilidade da ação contemporânea (para não cometer um falso artístico e um falso histórico) deve ser explicitada, pois a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível (BRANDI, 2004, p. 31), em que não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano, de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia antes, e além de dever documentar a si próprio (BRANDI, 2004, p. 47-61); a re-trabalhabilidade (KÜHL, 2008) deve possibilitar que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções (BRANDI, 2004, p. 48); a mínima intervenção se torna preceito necessário, visto que o restauro não deverá destruir o documento histórico, nem mesmo a obra como uma imagem figurada, melhor dizendo, a intervenção deve ser feita sem que desconfigure a conformação do bem cultural e a leitura seja passível de ser reconhecida; a compatibilidade de técnicas e de materiais aponta que se deve levar em conta a consistência física do objeto, com a aplicação, para o seu tratamento, de técnicas compatíveis que não sejam nocivas ao bem e cuja eficácia seja comprovada através de muitos anos de experimentação (KÜHL, 2008, p.78).

A Carta de Washington (1987) – junto com a Declaração de Amsterdã (1975), documento este descrito 12 anos antes, já apontava a relação entre o campo disciplinar e o planejamento urbano – estabelece as questões relativas ao patrimônio urbano (cidades e bairros históricos), procurando complementar os conceitos da

Carta de Veneza e, aponta, no próprio documento, a recomendação da utilização dos princípios regidos na carta. Apresenta as medidas necessárias para a proteção, conservação e restauro bem como o seu desenvolvimento coerente e a adaptação à vida contemporânea, prescrevendo que as novas funções devem ser compatíveis com a vocação do ambiente e estruturada na cidade. O caráter histórico é preservado através dos elementos tangíveis e intangíveis (espirituais), das relações entre os diversos espaços urbanos, espaços construídos, espaços abertos e espaços verdes.

O Documento de Nara (1994) resultou na discussão sobre noções e atributos a respeito de Autenticidade, umas das questões centrais no que se refere a conservação urbana (RIBEIRO, LIRA, In. LACERDA, ZANCHETI, 2012, p.36) e teve como tema abordado no III Simpósio Científico do ICOMOS-Brasil: Autenticidade em risco, em 2019. A noção de autenticidade, da qual passou a ser estudada no âmbito da preservação urbana foi motivada, principalmente, pela Carta de Veneza de 1964, que segundo Ribeiro e Lira, aponta como característica intrínseca ao patrimônio a ser preservado, de fundamental importância para que esse bem, seja reconhecido como tal, transmite seus valores da melhor maneira possível para as gerações presentes e futuras (RIBEIRO, LIRA, In. LACERDA, ZANCHETI, 2012, p.34). Busca compreender a autenticidade no âmbito das variadas culturas, vinculada à noção de tempo (linear ou circular) de cada sociedade ou grupo social, respeitando todos os aspectos pertinente ao seu contexto. Hoje, devemos refletir o que, de fato, entende-se por autenticidade. Essas questões, estão sendo discutidas no âmbito dos conceitos de autenticidade, integridade e significância cultural tão bem explanadas pela Flaviana Barreto Lira (LIRA, 2009, 2017, 2018, 2020) em suas várias publicações.

Os Princípios de La Valletta a respeito da Salvaguarda e Gestão de Cidades e Conjuntos Urbanos Históricos (2011), é um amadurecimento das prescrições emergentes na Recomendação de Nairóbi (1976) e na Carta de Washington (1987). Suas definições são compostas por elementos tangíveis e intangíveis (espírito do lugar) – que verifica e confirma a identidade do território, elemento fundamental para o reconhecimento como tal – discute a preservação e conservação como bases para o planejamento urbano e o desenvolvimento territorial. Essas premissas já foram colocadas de maneira veemente por Gustavo Giovannoni, no início do século XX,

quando apontou que o campo disciplinar e o planejamento urbano são uma única atividade e deve ser interpretada conjuntamente. Outro aspecto que se discute é um aspecto contemporâneo, como no próprio documento explica, os “aspectos de mudanças”, parte do princípio de abertura de pensar o patrimônio, o qual é passível de modificações. No documento está implícito que a cidade é um grande organismo vivo e em constante transformações, porém essas mudanças têm que ser prefiguradas para que não comprometa a compreensão e percepção do território, por meio dos “elementos constitutivos da cidade – naturais e humanos, materiais e imateriais (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011, p.24, Apud. INOUE, 2018, p.282). E, sempre, vinculados à vocação do território que, se adequada, resultará num espaço de qualidade que pode oferecer, dispondo de todo o repertório histórico, oportunidade de desenvolvimento para aquela determinada zona estabelecida como patrimônio a ser preservado.

Esse processo de reflexão atinge grande consistência e maturidade que oferecem instrumentação teórico-metodológica (e técnico-operacional) adequada para atuar, no ambiente construído preexistente, de maneira fundamentada, com o intuito de não deturpar ou deformar o documento – texto arquitetônico e urbano – (bem cultural entendido como documento histórico), e a memória, que fazem parte desse processo e do presente histórico.

Nessa perspectiva, a escolha do lugar para o estudo e as proposições espaciais foram pensadas na medida em que é preciso se trabalhar tanto o edifício isolado e suas articulações com o ambiente construído preexistente, como também pela intensa relação do conjunto com a cidade, caracterizado como um grande organismo vivo e dinâmico.

As interpretações resultam através do estudo sobre a área de estudo, no levantamento do processo histórico formativo do território e dos dados urbanísticos atuais para o reconhecimento da área, suas fragilidades, potencialidades e, acima de tudo, do seu arcabouço construído e da paisagem consolidada, além de suas imaterialidades que são encontradas na ação do homem de outrora e do presente.

O objeto de estudo é o Complexo Ferroviário, na cidade de Campinas, no qual era composto pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, em que foi um centro de importância de maior relevância e proeminência pela função e pelo porte, em que situava o seu centro de Administração Técnica (KÜHL, 1998, p.156), e pela

Companhia Mogiana de Estrada de Ferro. A implementação das linhas férreas resultou numa morfologia urbana pautada em um sistema de redes, no qual configurava a escolha para sua localização, em que o território articulava a cidade de Campinas com o restante do estado, e por sua vez, pelo país, apropriando-se uma função centralizadora (COSTA, 2010, p.14), principalmente para o estado de São Paulo.

Com o passar do tempo, todo o complexo sofreu várias alterações, tanto no que se refere às questões da sua conformação física, estrutural e mudança de usos, quanto nas políticas urbana adotadas, sendo um grande obstáculo para o seu desenvolvimento e, contraditoriamente, ao mesmo tempo, oferecendo enormes possibilidades de transformar Campinas numa metrópole reconhecida mundialmente.

O Complexo Ferroviário da FEPASA, situado hoje na área central da cidade, possui cerca de 350.000 metros quadrados com 1.300 metros de extensão e de 120 a 250 metros de largura, cuja implantação segmentou a cidade em duas partes. Uma permaneceu ligada ao centro histórico e a outra se imiscuiu à periferia da cidade, engendrando historicamente, diferentes ações e implantações de equipamentos, que sempre valorizaram a área mais central em detrimento da porção além trilhos.

Seu território tem um papel fundamental nos aspectos de mobilidade urbana e tem vocação metropolitanas, por encontrar em seu entorno a nova Rodoviária Interestadual e o Terminal Regional, o qual configuram, no setor oeste, uma possibilidade de integração dos fluxos da cidade com o Complexo e a Vila Industrial (bairro histórico). No setor leste, o Terminal Central Cury é o principal terminal de ônibus urbano do centro da cidade.



Figura 1: Elaborado pelos discentes: Ana Clara Escuciato e Renan AlexTreff
 Fonte: Google Earth, editado pelos discentes.

Os alunos são orientados a estudar o território, utilizando o Plano Diretor vigente (Lei complementar nº 189 de 08 de janeiro de 2018) como base para o conhecimento legislativo da área, propondo projetos indutores para os edifícios, com o propósito da requalificação urbana com o caráter metropolitana – o qual a área exige. A proposta de intervenção projetual abarca os seguintes edifícios, a saber: Edifício da antiga Estação Ferroviária – hoje Estação Cultura –, marco urbano simbólico da cidade, composto pela cobertura da gare e o corpo principal, e demais volumetrias acrescentadas ao longo do tempo. Atualmente funciona como Centro Cultural e sede de alguns órgãos da Prefeitura, como o CONDEPACC – Conselho de Defesa do Patrimônio Artística e Cultural da cidade de Campinas; está prevista a implantação do *Trem Intercidades*, em que este edifício será instalada o uso de estação ferroviária novamente, para atender a conexão entre a Campinas e a capital São Paulo, perpassando pelas cidades de Valinhos, Vinhedo, Louveira, Jundiaí, Francisco Morato, Franco da Rocha, Perus e o terminal Barra Funda em São Paulo; Edifício da antiga Oficina da Mogiana – maior edificação do complexo (tanto de qualidade construtiva quanto de qualidade estética), local onde eram fabricadas as locomotivas da Companhia da Estrada de Ferro Mogiana; Edifício da Rotunda – de formato semicircular, destinado a manobrar os vagões. Composto por cobertura e um girador descoberto no piso; Edifício da antiga Oficina do Sr. Lemos – um apoio a todos os serviços da época; Edifício do antigo Armazém de Baldeação – lugar das transposições entre trem devido a diferença de bitola entre os trilhos das diferentes

companhias; Edifícios das Antigas Oficinas de carros e vagões – usada para consertos comuns.



Figura 2: Edifício da antiga Oficina da Mogiana
Fonte: Ana Paula Farah, 2019.



Figura 3: Edifício da Rotunda
Fonte: Ana Paula Farah, 2019.



Figura 4: Edifício da antiga Oficina do Sr. Lemos
Fonte: Ana Paula Farah, 2018.

A escolha destas edificações tem como objetivo estimular a integração física entre as “franjas” do vazio urbano e o ambiente construído preexistente, de modo a configurar a intervenção arquitetônica como agente atuante na escala da cidade e da região metropolitana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todo esse aparato teórico-crítico e técnico operacional que são próprios do campo disciplinar do restauro [arquitetônico e urbano] junto com os documentos internacionais (cartas patrimoniais), conduz cada aluno ao entendimento de como atuar, de maneira coesa e ética e possa conduzir a preservação dos aspectos documentais, materiais, formais, memoriais e simbólicos. Nos resultados dos trabalhos, fica explícita a importância da preservação do patrimônio arquitetônico e urbano e a necessidade de seu desdobramento como memória da história, necessitando de visões multidisciplinares para sua projeção, articulando o ordenamento territorial e preservação, compreendendo a transformação de Campinas, de mero arraial para o centro de uma das mais importantes regiões metropolitanas do país, portanto, se revela fundamental, pois a implantação deste

Complexo Ferroviário e seus edifícios são marcos imateriais e materiais indelévels, reveladores da história e da cultura de toda a região.

Referências

BRANDI, Cesare. Il fondamento teorico del Restauro. In. **Bolletino dell'Istituto Centrale del Restauro**, 1950, n.º 1. pp.5-12.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro – teoria, storia, monumenti**. Milano: Liguori Editore, 1997.

COSTA, Pablo D. S. R. **Os espaços ferroviários de Campinas: (Re) Leituras Contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Pontifícia Universidade Católica de Campinas – CEATEC, Campinas, 2010.

GIOVANNONI, Gustavo. **Gustavo Giovannoni tra Storia e Progetto**. Roma: Quasar, 2018.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Carta de Washington)**. Washington: ICOMOS, 1987.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES. **Princípios de Valleta para a salvaguarda gestão das cidades históricas e áreas urbanas**. In: ASSEMBLEIA GERAL DO INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2011.

INOUE, Luciana Massami. O Patrimônio Urbano e as Cartas Patrimoniais. In. **Óculum Ensaios**, v.15, n.2, p.271 286, 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo. Reflexões sobre a sua preservação**. São Paulo: Ateliê Editorial / FAPESP / Secretaria da Cultura, 1998.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: problemas teóricos de restauros**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. In. **Anais do Museu Paulista**, 2010, vol.18, n.2, p. 287-320.

LACERDA, Norma e ZANCHETTI, Silvio Mendes. (org.). **Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012.

LIRA, Flaviana B. **Patrimônio Cultural e Autenticidade: Montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

_____. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade. In: **Anais V Encontro Internacional sobre patrimônio edificado – Arquivemória**, 2017.

_____. Autêntico para quem? A noção de autenticidade do patrimônio cultural na contemporaneidade. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, p. 272-298. Unesp, São Paulo, 2018.

_____. Desafios contemporâneos da Significância Cultural, Integridade e Autenticidade do Patrimônio Cultural: Teoria e Prática. **Oculum Ensaios**, v. 17. Campinas: 2020.

PLANO DE ENSINO DE PROJETO F. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC, CULTURAL ORGANIZATION et al. **Conferência sobre autenticidade em relação a Convenção do Patrimônio Mundial. (Conferência de Nara)**. Nara: Unesco, 1994.